

INFOPRESS

JULHO-AGOSTO/21

Se é público, é para todos – MP 1052



Defenda o Nordeste, a Amazônia e o Centro-Oeste Diga não à MP 1052

O governo Bolsonaro quer fazer uma série de mudanças nos fundos constitucionais de desenvolvimento regional do Norte (FNO), Nordeste (FNE) e Centro-Oeste (FCO), que podem prejudicar a sustentabilidade destes fundos e dos bancos públicos que os administram (Banco da Amazônia, Banco do Nordeste e Banco do Brasil, respectivamente).

Estes fundos foram criados para contribuir com o desenvolvimento destas regiões e reduzir as desigualdades regionais, mas, com a alegação de que é preciso “baratear” os financiamentos, o governo, com a MP 1052/2021, impõe mudanças que podem sair caro para quem precisa de recursos.

O barato sai caro

Há quem possa entender que a redução da taxa de administração paga aos bancos administradores nas operações de financiamento com recursos dos fundos constitucionais seja uma coisa boa para todos que obtêm créditos por este meio. Mas, esta “redução” não leva a nenhuma diminuição do valor pago pelo cliente, pois são pagas pelos próprios fundos constitucionais. E pior, pode tornar a operação inviável para os bancos que administram estes fundos. Com isso, o Banco do Nordeste e o Banco da Amazônia, principalmente, perdem grande parte de suas receitas e podem ter sua operação comercial também inviabilizada. Quem perderá serão os clientes incluindo os do microcrédito urbano e as regiões que dependem destes bancos.

Outro ponto da MP 1052 prejudica a operação do Basa e do BNB: a redução da comissão que é paga pelos fundos aos bancos que os administram (Del Credere), que, antes da MP era de 3% ao ano. Com a MP, já foi reduzida para até 2,75% a.a., sobre os saldos devedores de pequeno, médio e microempreendimentos e será reduzida gradualmente até 1,25% a.a. Isso drena recursos dos bancos, inviabiliza os resultados e impede o cumprimento das normas de Basileia para a segurança do sistema financeiro.

Acabar com os pequenos

Na “famosa” reunião ministerial realizada no dia 22 de abril de 2020, que teve suas imagens vazadas, o ministro da Economia Paulo Guedes foi categórico ao afirmar que o governo não deve emprestar para pequenas empresas para “não perder dinheiro”. É isso o que, na prática, já está acontecendo no Nordeste, Norte e Centro-Oeste. O governo, por meio dos bancos públicos, não perde dinheiro, mas também não empresta, uma vez que se torna inviável a operação com a MP 1052.

Pequenas e microempresas, empreendedores individuais, pequenos agricultores, enfim, todos os “pequenos” são prejudicados. E, com isso, toda a economia e a população destas regiões, pois são estes “pequenos” que geram os empregos e produzem os alimentos que chegam às casas das pessoas.

Os números do estrago

2020
NORDESTE

64,5%
dos empréstimos
concedidos pelo Banco do
Nordeste foram com recursos
do FNE, prioritariamente
na região do semiárido

Manutenção de
1,44 milhão
de empregos, graças
aos financiamentos
do FNE

Aumento de
R\$ 8,7
bilhões
na massa salarial

2020
NORTE

Mais de 66%
do crédito do Banco da
Amazônia é concedido para
negócios de pequeno porte nos
450 municípios da região
Norte são provenientes do
FNO

Cerca de
70% dos
recursos utilizados
pelo banco para o
desenvolvimento
sustentável da região
é do FNO